

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.427.217 - MG (2019/0010316-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**AGRAVANTE : JOSE ROBERTO DO AMARAL FERREIRA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS INTERESTADUAL. DOSIMETRIA. MAUS ANTECEDENTES. CERTIDÃO CONSTANTE DOS AUTOS. CONFIRMAÇÃO MEDIANTE CONSULTA AO PORTAL ELETRÔNICO DO TRIBUNAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **Jose Roberto do Amaral Ferreira** contra a decisão que inadmitiu o recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, dirigido contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais na Apelação Criminal n. 1.0271.15.003670-2/001, assim ementado (fl. 232):

APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - RECONHECIMENTO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI Nº 11.343/06 - IMPOSSIBILIDADE - RÉU QUE SE DEDICA A ATIVIDADE CRIMINOSA - RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DE CONFISSÃO ESPONTÂNEA - PREJUDICIALIDADE - ANÁLISE EQUIVOCADA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS - CORREÇÃO - NECESSIDADE - DECOTE DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA - NECESSIDADE - MITIGAÇÃO DO REGIME PRISIONAL - NÃO CABIMENTO - IMPOSIÇÃO NORMATIVA. RECURSO PROVIDO EM PARTE. 1. Comprovado que o acusado se dedica a atividade criminosa, impossível a incidência da causa de diminuição de pena, prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06. 2. Prejudicada a incidência da atenuante de confissão espontânea (art. 65, inc. III, alínea "d", do Código Penal), tendo em vista que tal circunstância foi devidamente reconhecida pelo douto Magistrado quando prolação da Sentença Penal condenatória, sendo esta, escorreitamente, compensada com a agravante da reincidência (art. 61, inc. I, do Estatuto Repressivo) na segunda (2ª) fase de aplicação da reprimenda. 3. Se alguma das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal foi analisada equivocadamente pelo Sentenciante, impõe-se a sua retificação. 4. Somente existe reincidência quando o novo crime tiver sido praticado depois do trânsito em julgado da condenação anterior, nos termos do art. 63 do

Código Penal. Assim, se há delito anterior, mas inexistente trânsito em julgado do édito condenatório, não há que se falar na incidência da mencionada agravante. 5. No crime de tráfico de entorpecentes, o regime de cumprimento da pena privativa de liberdade deve ser o fechado, em observância à disposição contida no art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90, modificada pela Lei nº 11.464/07.

Foram opostos embargos de declaração (fls. 265/266), os quais foram rejeitados, porém com correção de erro material no dispositivo do julgamento do apelo (fls. 278/308).

Nas razões do recurso especial (fls. 314/320), a defesa aponta violação dos arts. 59 e 68 do Código Penal, uma vez que *a consideração de ser o recorrente portador de maus antecedentes decorreu de consulta eletrônica aos autos do processo de n. 0005604-23.2011.8.26.0400, ou seja, trata-se, indubitavelmente, de dado não constante nos presentes autos* (fl. 319). Pretende, assim, a redução da pena-base e a consequente alteração do regime inicial do fechado para o semiaberto.

Apresentadas contrarrazões (fls. 325/328), o recurso especial foi inadmitido pela Corte de origem por aplicação das Súmulas 284/STF e 83/STJ (fls. 330/331). Contra tal decisão foi interposto o agravo em análise (fls. 334/338), com contraminuta ofertada às fls. 340/342.

O Ministério Público Federal opina pela manutenção da decisão agravada (fls. 354/357).

É o relatório.

Sem amparo a pretensão do agravante.

Na hipótese em tela, consta do acórdão que *foi possível inferir, através da consulta eletrônica dos autos elencados na Certidão de f. 144, apenas um processo relevante, o feito de n. 0005604-23.2011.8.26.0400, o que caracteriza, de fato, os maus antecedentes do agente* (fl. 255).

Sobre o tema, a jurisprudência desta Corte tem entendido

*desnecessária a juntada de certidão cartorária como prova de maus antecedentes ou reincidência, admitindo, inclusive, informações extraídas do sítio eletrônico de Tribunal como evidência nesse sentido (AgRg no AREsp n. 549.303/ES, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 29/5/2015).*

Nesse mesmo sentido: AgRg no AREsp n. 1.111.230/BA, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 2/5/2018; e HC 318.602/MS, Ministro Gurgel de Faria, Quinta Turma, DJe 4/3/2016.

Logo, o acórdão combatido foi exarado em conformidade com o entendimento jurisprudencial deste Tribunal acerca do tema, o que afasta a pretensão do agravante.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, II, *b*, do RISTJ e na Súmula 568/STJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator